

DEMOCRACIA, RACISMO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE VIDA A PARTIR DA PEÇA “A EXCEÇÃO E A REGRA”

Glaucilene Francisca da Silva
Graduanda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Contato:
glaucilene.dasilva@gmail.com

Vanessa Pereira Machado
Graduanda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Contato:
nessa_machado@hotmail.com

Palavras-chaves:
Lúdico. PIBID. Teatro. Ocupações. Direitos.

Keywords:
Playful. PIBID. Theater. Occupations. Rights.

Resumo: Este artigo apresenta o relato da experiência didática ocorrida no ano de 2016 no Colégio Estadual Barão de Tefé, localizado em Seropédica (RJ), subsidiada pelo subprojeto de Ciências Sociais do PIBID, UFRRJ. Direitos Humanos e Cidadania são temas base que buscam aflorar o senso crítico dos alunos. Através de uma etapa de preparação na universidade, foram pensadas metodologias que se utilizassem do lúdico. A peça “A Exceção e a Regra” de Bertold Brecht foi escolhida, contando com as apresentações no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), ocupado na época, visavam promover uma troca de experiências entre duas realidades distintas.

Abstract: This article shows the report of a didactic experience occurred in 2016 at Colégio Estadual Barão de Tefé, placed in Seropédica (RJ), subsidized by the Social Sciences sub-project of PIBID, UFRRJ. Human Rights and Citizenship are the base themes which wants to raise in students the critical sense. As a preparing step at university were planned playful methodologies. The play “A Exceção e a Regra” by Bertold Brecht were chosen to the presentations at Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), which was in occupations by students and wants to make an exchange of experiences between two different realities.

*[...] Não se deve dizer que nada é natural
Numa época de confusão e sangue
Desordem ordenada, arbítrio de propósito
Humanidade desumanizada
Para que imutável não se considera
Nada!*

“A Exceção e a Regra” Bertold Brecht.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), seu desenvolvimento no sub-projeto de Ciências Sociais UFRRJ e na escola participante, Colégio Estadual Barão de Tefé

Em 2007, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) fora instituído pelo Ministério da Educação (MEC) como parte da ação do governo federal – mais precisamente do segundo mandato do ex-presidente Lula (2007-2011). Esse programa, assim como outros da época, foi criado em meio a um reconhecimento sobre a gravidade de problemas que existiam em relação à docência voltada para a Educação Básica. Dessa maneira, essa temática ganhou espaço no centro do debate político, onde foram pensadas ações que buscassem suprir esse quadro.

A agência financiadora do programa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao (MEC), através de editais de seleção, recebe projetos de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas que ofereçam cursos de licenciatura, interessadas em participar do PIBID. Os projetos que são aprovados recebem cotas de bolsas, cujas modalidades abrangem desde os estudantes e professores universitários, até os professores da Educação Básica. Além disso, fornece recursos financeiros que custeiam despesas relacionadas à execução dos projetos. Segundo a CAPES:

ciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.¹

De acordo com Emília Marcondes (2017), os objetivos do PIBID são:

[...] contribuir para a valorização do magistério; incentivar a formação dos estudantes que fazem licenciatura; colocar o estudante em contato com o ambiente escolar; promover a relação entre universidade e escola pública e viabilizar a articulação entre teoria e prática na formação dos estudantes. (MARCONDES, 2017, p. 11)

Todos esses pontos apontam para a importância e o impacto desse programa, pois ao mesmo passo que ele contribui para a permanência do estudante na universidade, concedendo-lhe um tipo de auxílio financeiro, aprofunda sua formação como futuro profissional, de maneira sensível e comprometida com os processos educacionais, bem como com a escola, sua realidade local – suas necessidades e seus atributos.

Assim,

[...] é possível compreender o avanço que o PIBID proporciona aos bolsistas deste Programa, a partir de uma construção coletiva de saberes interdisciplinares na integração e articulação entre a Educação Básica e a Universidade, especialmente pela (trans)formação permanente pautada na teoria e na prática que orientam para um conhecimento coletivo mais humanizado, elevando, sobre-

1 CAPES. <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID/PIBID>>. Acesso em 27 de setembro de 2017.

tudo, os alunos à condição de cidadãos críticos e conscientes diante de uma sociedade, por vezes, perversa e desigual. (REVISTA PIBID UFRRJ, 2015, p. 4)

É preciso destacar o caráter peculiar do PIBID em relação aos demais programas de apoio acadêmico, como, por exemplo, aqueles voltados para a produção de pesquisa, e também em relação ao estágio obrigatório. O programa possui uma carga horária maior, que inclui planejamento e realização de atividades, ambos na escola e na universidade; proporciona uma autonomia ao bolsista e possibilita a inserção do mesmo no programa logo nos primeiros períodos da graduação.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica em específico, participa do PIBID desde seu primeiro edital, em 2007. Ao longo dos anos, ampliou-se consideravelmente, chegando a contar hoje com mais de 500 bolsistas e mais de 15 cursos participantes do programa. O Projeto propõe um envolvimento educacional, físico e afetivo dos discentes da UFRRJ com as escolas parceiras, ou seja, uma verdadeira e profunda aproximação entre duas realidades distantes, a universitária e a escolar, a fim de enriquecer a formação docente.

Segundo a coordenadora institucional do PIBID – UFRRJ, Sara Araújo Brito Fazollo:

[...] o PIBID tem sido um importante espaço para a consolidação dos cursos de Licenciaturas na UFRRJ, pois, ademais de ser um incentivo à valorização do magistério e ao despertamento para o licenciando em cultivar a essência do ser professor, contribui como espaço de pesquisa e avaliação dentro da perspectiva formativa nos diversos cursos de licenciaturas. Como respostas do desenvolvimento das ações PIBIDianas na UFRRJ, temos obtido vários resultados de conclusão de curso e dissertações de mestrados; apresentação de trabalhos em eventos diversos; muitas produções e publicações de artigos para livros e revistas [...]. (REVISTA PIBID UFRRJ, 2015, p. 5)

O curso de Ciências Sociais da UFRRJ possui um sub-projeto, cuja temática é Direitos Humanos e Cidadania através do uso de teorias que mesclam as três áreas que compõem o curso, sendo elas Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Segundo Aparecida Maria Abranches e Vladimir Lombardo Jorge (2013), todas elas:

[...] têm em comum o fato de pôr em perspectiva o agregado humano que denominamos sociedade a partir do ângulo que permite a sua desnaturalização, ou seja, por meio dos estudos das suas instituições e modo como este agregado se estrutura. (ABRANCHES; JORGE, 2013, p. 105)

Dentro dessa perspectiva, o subprojeto visa também contribuir e oferecer aos estudantes da

Educação Básica – nesse caso mais especificamente do Ensino Médio –, através da educação, um maior conhecimento acerca dos direitos e do exercício da cidadania, além de instrumentos e recursos que propiciem o olhar desnaturalizador e problematizador dos mesmos em relação às questões políticas e sociais de seu cotidiano; ou seja, possibilitar uma educação voltada para a humanização e conscientização do sujeito, aluno, em relação ao seu meio social.

Além disso, possui como proposta a realização de um trabalho em que seus bolsistas desenvolvam habilidades de ensino e pesquisa, onde são geradas oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas de caráter inovador, bem como elaboração de alternativas que visem a superar os problemas do processo de ensino-aprendizagem.

O uso do lúdico, proposto através do teatro político, é marca registrada desse subprojeto, visto que é o único da universidade a desenvolver essa tendência. O processo de criação das peças/cenário/figurino, de ensaio e de encenação, ao longo dos anos, foi algo que perpassou por todos os envolvidos, desde professores, bolsistas e até os próprios alunos da escola.

Dentre as quatro escolas de atuação encontra-se o Colégio Estadual Barão de Tefé. Localizado no município de Seropédica, Rio de Janeiro, compõe parte da Baixada Fluminense, e oferta Ensino Médio Regular e Ensino Médio Para Jovens e Adultos, para um número em torno de 800 alunos, em uma faixa etária entre 15 a 18 anos e 18 a 70 anos, que residem no próprio município, ou em localidades próximas, como, por exemplo, a cidade de Nova Iguaçu.

A região na qual está situado o Colégio Estadual Barão de Tefé constitui a periferia urbana do estado do Rio de Janeiro, possuindo municípios com uma população numerosa, de uma infraestrutura precária e carente de serviços básicos e de qualidade como educação, renda, saúde, cultura, segurança, dentre outros. Esse cenário é fruto de um longo e persistente histórico de abandono estatal, que acarreta muitas vezes na ocupação dos piores níveis de desenvolvimento por essa região da Baixada Fluminense, em comparação ao restante do estado.

Ao compreender as particularidades dessa localidade é perceptível a urgência de temas específicos, bem como de didática e metodologias inovadoras, que rompam com o modo tradicional de aula e de avaliações, cativando o interesse dos alunos, além de diálogos entre o local e o global. A experiência de uma das professoras coordenadoras do projeto com o teatro político nos trouxe a possibilidade de utilização do mesmo como metodologia para sala de aula. Um método muito inovador, uma vez que os alunos estão mais familiarizados com o uso de filmes, vídeos, e raramente com a dinâmica do teatro.

2016 e o cenário das ocupações nas escolas secundaristas

Com o clima que se encontrava o país, devido a diversas medidas tomadas pelo atual governo federal, tivemos a oportunidade de ver a atuação dos estudantes secundaristas, como também universi-

tários, na luta pela garantia de direitos relacionados à educação. E principalmente nós do PIBID pudemos sentir isso bem de perto, tanto relacionado ao nosso papel na universidade, ainda como estudantes, quanto ao nosso papel como bolsistas de iniciação à docência, já fazendo parte da comunidade escolar, como futuras professoras.

Mais de mil escolas foram ocupadas no país segundo dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBes), como mostra a Tabela 1. Esse número, após cada levantamento, se alterou com o passar do tempo, ao passo que outras escolas também eram ocupadas.

TABELA 1 - RELAÇÃO DE NÚMERO DE ESCOLAS OCUPADAS POR ESTADO

Estado	Quantidade de escolas
Paraná	848
Minas Gerais	76
Espírito Santo	24
Rio Grande do Sul	14
Rio Grande do Norte	13
Goiás	12
Distrito Federal	12
Bahia	12
Alagoas	10
Santa Catarina	10
Pernambuco	8
Rio de Janeiro	6
São Paulo	6
Maranhão	5
Pará	4
Mato Grosso	3
Paraíba	3
Rondônia	2
Tocantins	1
Ceará	1
Sergipe	1
Universidades ocupadas	123
Núcleos Regionais de Educação (NREs)	3

Fonte: UBES (2016)

2 A PEC 241/2016 limita os gastos do governo federal com a educação por 20 anos.

3 Lei da Mordaza 867/2015, que tem base na Escola Sem Partido, tem por ideia a promoção de um ambiente apartidário na escola, acabando com o debate crítico sobre vários temas pertinentes à educação como religião, gênero, política, sexualidade, dentre outros.

4 MP 746/2016 promove alterações na estrutura do ensino médio, implementando o tempo integral na mesma, e com isso, amplia a carga horária mínima anual do ensino médio; realiza alterações na grade curricular, instituindo a obrigatoriedade de algumas disciplinas, ao passo que torna outras facultativas.

As principais pautas dessas ocupações estavam relacionadas à proposta de emenda à Constituição 241/2016 (PEC 241/2016)², Lei da Mordaza (867/2015)³ e à proposta de medida provisória 746/2016 (MP 746/2016)⁴, que é uma reforma voltada especificamente para o ensino médio. A medida tenta despedaçar a educação quando deixa como optativas as disciplinas que promovem um pensamento crítico, como a filosofia e sociologia, além de matérias como artes e educação física. Essa atitude governamental vai contra o Plano Nacional de Educação (PNE), que garante no currículo escolar as disciplinas de cultura afro-brasileira e indígena, pela lei nº 11.645.

O que se vê é um ensino e currículo voltando-se cada vez mais para a profissionalização. Profissionalização esta que não proporcionou antes uma infraestrutura que comporte esse novo sistema, já que não garante ou aborda a defasagem de professores, questões de infraestrutura, alimentação e equipamentos, além da falta da promoção de um debate sobre essas reformas, onde não foram consultados alunos, professores, nem profissionais da área educacional nas decisões aplicadas pelo governo. Essas propostas e reformulações foram alguns dos motivos que levaram os envolvidos no setor e processo educacional a se movimentarem, indo às ruas para protestar.

No início de 2016, os estudantes secundaristas dos estados citados na Tabela 1 assumiram o protagonismo de falar sobre suas experiências e lutar por suas reivindicações, ocupando as escolas. O movi-

mento unificado ficou conhecido no país todo como "Ocupa".

A luta que permeia todo esse movimento vem evidenciar como essas medidas e condições podem acabar com as oportunidades de qualificação de diversos estudantes e não garantem a qualidade do ensino, almejada e construída por educadores, estudantes e profissionais da educação. Qualidade essa que está relacionada à formação do indivíduo como um ser completo, que tem um crescimento intelectual e como sujeito, podendo transcender para transformar a realidade onde vive. Um estudante que percebe sua atuação enquanto ser político, quer junto com a comunidade escolar, ser parte dos processos decisórios e, com isso, apresentar ou descobrir habilidades que possam contribuir com tais processos.

Refletir sobre isso se torna primordial nesse contexto, visto que o aluno é geralmente colocado como indivíduo desinteressado e algumas vezes com poucas perspectivas. É possível fazer uma ponte com a realidade do Colégio Estadual Barão de Tefé, que neste caso não estava ocupado, e mesmo assim o tema era abordado nas aulas levando os alunos a pensarem sobre as dificuldades vividas por eles.

Importa ouvir esses estudantes, seus discursos e suas demandas, pois colocaram em prática o que têm aprendido por muito tempo e puderam mostrar uma vivência coletiva proveitosa e com resultados, tanto para eles quanto para os que apoiavam a causa. Esses estudantes mostram que de alguma

forma a escola não deve ser descartada e precisa ser preservada – mesmo que o governo federal não pense assim. Esses estudantes buscavam uma escola de qualidade que não era apresentada para eles.

Essa postura do estudante secundarista nos faz pensar: será que a escola que temos está preparada para reconhecer e acolher esse estudante como ser político? Estudante como ser que modifica? Estudante capaz de construir junto uma nova forma de educação?

Em contrapartida às ocupações, surge o movimento “Desocupa”, organizado por alunos, pais, professores e militantes que pediam a volta das aulas. Eles entenderam que a ocupação não é a melhor maneira de reivindicar.

Os estudantes reconhecem o crescimento que a vivência da ocupação pode trazer a eles. Os efeitos manifestam-se por todo o ambiente escolar, desde mudanças no ambiente físico das escolas, nos calendários, nos locais e na maneira de ministrar as aulas, como também nos próprios alunos, antes silenciados, e agora mais à vontade para exporem suas opiniões, participarem de aulas, reuniões com professores e direção, e de decisões importantes. Assim, percebe-se que a mobilização se estendeu para muito além da reivindicação inicial. A inovação vem gerando saldos positivos e agradando, em sua grande parte.

Fundamentos teóricos norteadores e execução das atividades

O conhecimento e uso das prerrogativas teóricas pretendidas no subprojeto visam a desde uma reconstrução histórica até a concepção de variados autores acerca do tema dos Direitos Humanos e da Cidadania. Essa temática, em sua maioria, é notada através de sua violação. Dessa forma, é preciso, portanto, trabalhar persistentemente com os alunos a ideia de que os direitos humanos e a cidadania não são fantasias, mas a condição fundamental para a realização plena de uma sociedade compreendida como justa para todos.

A concepção moderna dos direitos humanos não se mantém estática, estando em constante processo de incorporação de significados e acontecimentos. Ela está intrinsecamente associada às transformações advindas do Iluminismo europeu, dos séculos XVII e XVIII. A dominação preponderante da época – feudal, religiosa e monárquica –, tão naturalizada e institucionalizada, é subvertida, dando lugar à razão, à centralidade do ser humano nas explicações, à igualdade política e civil entre os seres humanos, dentre outros pontos.

A Revolução Francesa de 1789, nesse contexto, é um acontecimento histórico, simbólico das lutas sociais em busca de uma sociedade mais igualitária. Essa revolução deu origem à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, um verdadeiro marco da luta dos Direitos Humanos e da Cidadania. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), propondo um pacto internacional de compromisso político e social entre Estados. Sua elaboração se deu justamente após os aconteci-

mentos globais de regimes totalitários, como, por exemplo, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

Assim:

Com a Revolução e a Declaração, entes humanos passam a incorporar na sua qualidade de humanos a ideia de que são também entes de direitos. Portanto, o impacto talvez mais significativo dos eventos políticos de 1789 tenha sido uma nova subjetividade. Tal subjetividade é a que informa tais entes humanos de que são eles próprios, enquanto titulares de direitos, a matéria prima na confecção das instituições políticas. (ABRANCHES; JORGE, 2013, p. 108)

Partindo do texto “A Era dos Direitos”, de Norberto Bobbio, refletimos sobre os direitos do homem, e como eles foram sendo solidificados ao longo do tempo. Interessante perceber como esses estudantes secundaristas podem não reconhecer seu papel político na construção de direitos que devem ser garantidos para sua classe (estudantes).

Segundo o conceito de cidadania de Thomas Marshall (1967), tomando a Europa como referencial analítico, ela é uma espécie de “status” de igualdade em direitos e deveres, concedido aos que são membros integrais de uma sociedade. Ou seja, a cidadania é a relação do indivíduo com o Estado, onde são conferidos direitos e deveres individuais. Essa cidadania está dividida em três partes, que se referem aos direitos civis, políticos e sociais. O desenvolvimento da cidadania deu-se a partir de um processo de fusão geográfica, passando de uma instituição local para nacional, e de separação desses direitos, vistos que estavam fundidos em apenas um.

A partir disso, essas teorias foram levadas como base para se pensar a formação dos direitos. Os dois autores colocam que houve a necessidade de participação popular para construir esses direitos, no qual o Estado iria cobrar eficácia. Esse momento foi crucial para o indivíduo que pode participar da construção de algo que lhe cabe, principalmente, pensando na realidade em que se encontrava a educação. Foi importante que os alunos trabalhassem com essa base, que proporcionou uma reflexão em relação aos acontecimentos contemporâneos.

O Colégio Estadual Barão de Tefé não foi ocupado; entretanto, os alunos estavam cientes da situação em que se encontravam as escolas brasileiras. Isso porque alguns de seus professores, inclusive a de Sociologia que supervisionava as atividades do PIBID, aderiram à greve de 2016 que antecedeu as ocupações. Em contrapartida, a realidade do UFRJ, no campus de Seropédica – mesma cidade onde se localiza a escola – era de um cenário de ocupação. A universidade, primeira do Rio de Janeiro a ser ocupada, teve seu prédio principal (P1) tomado por universitários, durante 54 dias, recebendo apoio de boa parte de professores da instituição e servidores terceirizados da mesma.

Assim como os secundaristas, a escolha pela ocupação do espaço educacional foi a melhor forma encontrada para protestar. Os motivos universitários foram a oposição à Reforma do Ensino Médio

(MP 746), que pretende expandir o ensino integral, a flexibilização do currículo, e uma formação voltada aos interesses dos alunos, como também se opôs à PEC 241, que limita o teto dos gastos públicos voltados para a educação no país dos próximos 20 anos. Colocavam que, mais uma vez, não houve um diálogo por parte do Governo ao propor essas medidas, que afetam diretamente os estudantes.

É considerável ressaltar que a luta pelos direitos deve ser garantida e, para isso, importa que os indivíduos que estejam mais diretamente ligados à ausência desses saibam de sua existência. O poder de questionar deve ser assegurado, junto dele os direitos e deveres, principalmente, pensando nos estudantes que eram diariamente subestimados por seu entendimento de conjuntura vivida. Estudantes marcaram esse momento, pois questionaram e cobraram o cumprimento dos deveres do Estado perante a setores, como por exemplo a educação. Mesmo os estudantes que não seguiram pelo caminho teórico – Norberto Bobbio e Thomas Marshall, citados anteriormente – tiveram uma prática conduzida com maestria.

A temática que norteou todo o ano letivo de 2016, para a turma trabalhada em questão, a 2002, foi o racismo. Esse tema foi levado como sugestão do próprio PIBID, que procurou costurá-lo aos assuntos presentes no currículo mínimo daquela série, como, por exemplo, cidadania, direitos humanos, trabalho, desigualdades sociais, dentre outros. Abaixo será explicitado todo o processo de construção, com os alunos, e desenvolvimento do trabalho que deu origem a este artigo.

Partindo de uma observação relacionada à turma em que trabalhamos, pensamos nos tipos de atividades que poderiam ser utilizadas na aplicação do conteúdo. O principal foi levar aos alunos possibilidades de garantir o processo de aprendizagem através de outros recursos, onde estes fossem inovadores. Os recursos buscados fizeram relação com aquilo que pertence ao ambiente familiar dos alunos, como, por exemplo, músicas e análise do conteúdo letrado das mesmas, filmes, clipes, vídeos. As Figuras 1 e 2 ilustram como foi essa etapa do trabalho.



FIGURA 1 - A música como recurso didático na análise do conteúdo letrado. Fonte: Arquivos do PIBID (2016)



FIGURA 2 - A música como recurso didático

na análise do conteúdo letrado. Fonte: Arquivos do PIBID (2016)

Tinha-se como proposta permitir que não somente a mente, mas o corpo do aluno participasse dessa reflexão, algo que pudesse refletir de uma forma física para o aluno; por isso, foi utilizada a metodologia do teatro. A sugestão apresentada por uma das professoras coordenadoras, Beatriz Wey, era que todas as escolas trabalhassem as peças do dramaturgo Bertold Brecht.

Bertold Brecht iniciou sua trajetória durante a juventude, escrevendo para um jornal, em 1914. Avançou na escrita com sua primeira peça em 1918, com textos que faziam referência ao capitalismo e à guerra, seguindo uma linha de teatro contemporâneo. O dramaturgo alemão utilizava suas peças de forma a contrariar as elites e buscava refletir questões sociais de seu tempo. Com uma veia marxista, pensava o teatro como possibilidade de reflexão para a sociedade acerca de liberdade. Viveu exilado por alguns anos com a insistência nazista, continuando a escrever ainda nesta época, amadurecendo sua escrita para uma forma mais sociológica. Um teatro épico, onde a transformação social era a principal função da apresentação, pois o teatro, além de político, tinha função pedagógica.

Uma de suas peças, “A Exceção e a Regra”, escrita por volta 1929/1930, foi utilizada por nós para as atividades. Nela podemos observar a temática relacionada à dominação de classe e como a justiça pode ser injusta na garantia de direitos, onde a falta dos mesmos acaba naturalizando e contribuindo com as relações de poder. Retrata a relação de exploração e maus tratos entre um rico comerciante e seu empregado carregador, que saem em uma viagem de negócios pelo deserto. Em uma noite, quando estão acampados, o empregado vai até o comerciante levando algo nas mãos; o segundo pensa ser uma pedra para lhe matar, e antes que o empregado pudesse, supostamente, fazer algo, ele o mata. Este, porém, só lhe trazia água.

Com essa peça é possível fazer uma proximidade com temas atuais, que refletem a semelhança entre ficção e realidade no que tange exceções e regras. Os diversos tipos de abusos de poder contra os direitos humanos em uma sociedade capitalista que vive uma luta de classes, alterando a forma de julgamentos dos indivíduos. Aos alunos foram apresentados os principais pontos da trama, sendo proposto que eles fizessem adaptações. Esse exercício buscava trabalhar o imaginário, bem como, a reflexão e capacidade de associação ou distanciamento de suas respectivas realidades com o enredo da peça.

Juntamente com as reflexões e conteúdos vistos em sala de aula, foram pensadas formas de adaptação do texto original da peça. Nas demandas e sugestões apontadas pelos alunos, a partir da situação de exploração que estava em ênfase na peça e partir das experiências vividas por eles, ou por suas famílias e amigos, foi apontada a questão das condições de trabalho doméstico remunerado no Brasil.

A profissão de empregada doméstica no país é muito desvalorizada, desrespeitada e designada,

quase que imutavelmente, a um tipo de classe social, raça, gênero, localidade. A empregada doméstica, muitas vezes mulher, de classe menos favorecida, negra e periférica, sofre a violação de seus direitos, promovida por seus empregadores, geralmente de classes mais favorecidas, branca e residentes de bairros nobres. Alguns alunos relataram que têm ou já tiveram familiares que trabalhavam como empregadas domésticas e em condições de exploração.

Feito esse processo de associação, verificaram-se leves traços semelhantes à narrativa do filme brasileiro "Que Horas Ela Volta", da diretora Anna Muylaert. Este filme é uma comédia (drama) de cunho social que conta a história de uma empregada doméstica vinda do Nordeste para São Paulo, que trabalhava e morava na casa dos patrões. Nesse lar de classe média-alta, a empregada é considerada "quase da família", onde criou os filhos dos patrões como se fossem seus próprios filhos, mas que sofre com as restrições impostas pelos empregadores e com o desrespeito aos seus direitos. Essa estrutura e relação é encarada como natural, tanto pela família, quanto pela empregada.

Pensando em um aprofundamento maior do tema, e uma integração maior com as ideias trazidas para a adaptação da peça de Brecht, decidiu-se exibir o filme em sala de aula e aprofundar as problematizações e as desnaturalizações, já inseridas.

Com isso, começaram os ensaios, realizados no próprio espaço escolar. Esses encontros foram realizados com aqueles que se propuseram, ou seja, era de livre participação. Aqueles que não quiseram atuar na peça ainda tinham a opção de ficar com funções como, por exemplo, contrarregista, figurino e trilha sonora, podendo assim cada um contribuir de acordo com suas preferências e como se sentisse à vontade. Apesar disso, nem todos os alunos da turma quiseram participar em qualquer das funções. É importante frisar que a ideia central do texto foi pensada com toda a turma durante as atividades detalhadas acima.

Os ensaios ocorreram semanalmente. Houve uma troca de elenco, onde alguns alunos que no início participavam do ensaio deixaram de ir e outros que não iam começaram a participar. Podemos salientar que a turma não tinha um diálogo muito coletivo e por isso houve essa mudança de alunos participantes no processo. É possível entender esse fenômeno de uma forma positiva, pensando que o importante na apresentação não é ela em si, mas o processo de construção é muito importante tanto quanto a apresentação da peça.

As Figuras 3 e 4 mostram como foram os encontros para os ensaios.



FIGURA 3 - Ensaios da peça adaptada "A Exceção e a Regra". Fonte: Arquivos do PIBID (2016)



FIGURA 4 - Ensaios da peça "A Exceção e a Regra" adaptada. Fonte: Arquivos do PIBID (2016)

Quando perguntados a respeito da Universidade, a maioria dos alunos não possuía conhecimento e contato com tal, tanto em relação ao ingresso, como também ao fato de nunca terem adentrado no campus – este que é de livre acesso a todos. Através disso, foi pensado no espaço onde ocorreria a apresentação como um espaço que pudesse ser de integração entre escola e universidade, que, embora na mesma região, possuem um distanciamento social, o que forma mundos paralelos. A universidade na época encontrava-se ocupada e, com isso, aberta a propostas de atividades. Logo, foi pensada a realização da apresentação nesse local, porém não foi possível cumprir-se com isso, devido a uma série de imprevistos aos quais a rotina agitada de ocupação estava sujeita.

Como alternativa, foi pensado o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR), dado que era uma das escolas que compunha o quadro de escolas ocupadas, e com isso repleta e aberta a propostas de atividades, além do fato deste se localizar ao lado da UFRRJ. Apresentamos essa opção aos alunos, que se disponibilizaram e concordaram com a ideia, e também aos secundaristas do CTUR, que dispuseram do espaço escolar. A professora supervisora, Patrícia Machado, fez a ponte com os pais, já que alguns alunos precisam de autorização para participar de atividades fora do colégio. Com as autorizações em mãos, professora e alunos se reuniram e foram de encontro com os bolsistas do PIBID no CTUR. Não somente o Barão de Tefé, mas outra escola do subprojeto de Ciências Sociais também participou deste dia.

Os estudantes ocupados do CTUR disponibilizaram uma sala para as apresentações, o que possibilitou uma última passada no texto e organização dos retoques finais. Foram convidados a assistirem as apresentações todos os estudantes presentes no colégio. Finalizada as apresentações das duas escolas, foi promovida uma roda de conversa com todos esses alunos, tanto do CTUR, quanto das escolas do PIBID, para que uns pudessem falar como foi o processo de construção da peça e outros as experiências de ocupação. As Figuras 5 e 6 mostram um pouco, em algumas cenas, como foi esse momento da apresentação.



FIGURA 5 - Apresentação no CTUR. Fonte: Arquivos do PIBID (2016)



FIGURA 6 - Apresentação no CTUR. Fonte: Arquivos do PIBID (2016)

Esse momento acarretou como reflexão o fato de que proporcionar aos moradores de Seropédica uma relação mais próxima para com o espaço da universidade é muito importante, já que a maioria dos secundaristas de ambas as escolas – Colégio Estadual Barão de Tefé e CTUR – não se sentem familiarizados com o ambiente universitário. Desse modo, os projetos e as pesquisas da UFRRJ precisam incumbir-se da premissa de que os benefícios devem ser garantidos tanto aos que vivem no município, como aos que circulam no mesmo, propiciando, assim, uma troca ao ambiente da cidade.

Conclusões

O Brasil é um país assolado por níveis discrepantes de desigualdades socioeconômicas, raciais, culturais, regionais, de gênero, dentre outras; o que ocasiona na exclusão e marginalização da maioria da população, e assim, na privação de uma vida digna, de oportunidades, de uma cidadania forte e, con-

sequentemente, uma permanência nesse sistema dominante.

É importante perceber que os Direitos Humanos e a Cidadania no Brasil, na maioria dos casos, são percebidos como um privilégio paternalista, que fora concedido pelas elites socioeconômicas e políticas. Por isso, há um difícil caminho em incorporar a massa da sociedade na luta política e social, e até mesmo ao conhecimento de seus direitos.

A práxis sociológica tem grande potencial colaborativo na construção de uma reflexão, concepção e expectativa, como também de uma ação dos indivíduos, que resulte em uma sociedade que defina e garanta plenamente o cumprimento dos direitos e a realização, como também o exercício da cidadania.

Assim termina

*A história de uma viagem,
Que vocês viram e ouviram:
E viram o que é comum,
O que está sempre ocorrendo.
Mas a vocês nós pedimos
No que não se é de estranhar,
Descubram o que há de estranho!
No que parece normal.
Vejam o que há de anormal!
No que parece explicado,
Vejam quanto não se explica!
E o que parece comum,
Vejam como é de espantar!
Na regra vejam o abuso!
E, onde o abuso apontar,
Procurem remediar!*

“A exceção e a Regra” Bertolt Brecht.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Aparecida Maria; JORGE, Vladimir Lombardo. (2013), “O Lugar da Ciência Política no Ensino Médio: Algumas Reflexões”, in L. Sanchez, *Integrando saberes: diálogos sobre a formação e a prática docente no âmbito do PIBID/UFRRJ*, Rio de Janeiro, Imperial Novo Milênio.
- BOBBIO, Norberto. (1909), *A Era dos Direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus.
- BRECHT, B. *A Exceção e a Regra*. Tradução: Aparecida Damésio. <<https://dialogosliterarios.files.wordpress.com/2013/04/a-excess3a30-e-a-regra.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2017.
- CAPES. <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPIBID/PIBID>>. Acesso em 27 de setembro de 2017.
- DH NET. <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos_dh/robson.htm>. Acessado em 27 de setembro de 2017.
- INEP. <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2016/Locais_de_Prova_Ocupados_Enem_2016.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2017.
- MARCONDES, Emilia Fernandes de Oliveira. (2017), *Quem quer ser professor? A perspectiva dos bolsistas egressos UFRRJ sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- MARCONDES, Emilia Fernandes de Oliveira; NAVES, Karla Xavier; MARIANO, Ruana Castro. (2013), “PIBID de Ciências Sociais, Educação Política e Cidadania: Experiências e Perspectivas”, in L. Sanchez, *Reflexões trans-formativas sobre a prática docente: o olhar de aprendizes*, Rio de Janeiro, Imperial Novo Milênio.
- MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PIBID INSTITUCIONAL UFRRJ. <<http://PIBIDinstitucional.wixsite.com/ufrrj>>. Acesso em 27 de setembro de 2017.
- REVISTA PIBID UFRRJ – Revista nº 4 – Dezembro de 2015 – ISSN 2236-4471.
- UBES. <<http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>>. Acesso em 08 de setembro de 2017.